

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA AO PRECONCEITO¹

RESUMO

Este artigo surgiu através da minha observação como professora e participação junto aos profissionais de AEE na formação destes. O fator motivador deste trabalho centra-se na ideia de que, de fato, devemos atuar pedagogicamente enquanto atendimento educacional especializado, mas, sobretudo estimulando por meio de atividades, práticas de autoafirmação de identidades dos sujeitos que as frequentam para que possam atuar e se posicionar frente atitudes preconceituosas e de desmerecimento para com a deficiência.

PALAVRAS CHAVE: Atendimento educacional especializado, identidade, deficiência, preconceito.

RESUMEN

Este artículo surgió a través de mi observación como profesora y participación junto a los profesionales de AEE en la formación de éstos. El factor motivador de este trabajo está centrado en la idea de que, de hecho, debemos actuar pedagógicamente mientras atendimiento educacional especializado, pero sobretudo estimulando por medio de actividades, prácticas de autoafirmación de identidades de los sujetos que las frecuentan para que puedan actuar y posicionarse delante de actitudes prejudiciales y de desmerecimiento para con la deficiencia.

PALABRAS CLAVE: Atendimento educacional especializado, identidade, deficiencia, prejuízo.

INTRODUÇÃO

Muitos são os encontros, seminários, cursos, em fim, eventos em prol das discursões acerca da inclusão, mas a sensação que se tem é que ainda que o acesso as informações relativas a temática sejam recorrentes, as dificuldades, o reforço ao preconceito literalmente, tem estado fortemente na sociedade, mais particularmente, nas escolas.

Essa não deveria ser mais a nossa realidade tendo em vista que escola é local de enfrentamento, de resistência e entendo que só alcançaremos este nível a partir da autoafirmação das identidades. No entanto, elas têm sido silenciadas pelas famílias, escola e sociedade. Dessa maneira como nós, os professores, podemos atuar frente essas abordagens?

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a potencialidade que as salas de recurso multifuncionais têm enquanto locais de autoafirmação das identidades das pessoas com deficiência.

Como professor costumo ouvir de colegas narrativas relacionadas às resistências, dificuldades, e muitas vezes até falta de vontade em ter a presença de alunos com deficiência em sala de aula. Não estou com a intenção de atribuir culpa, sobretudo o professor, mas de inquietá-los para que de fato entenda seu papel, o de mediar a aprendizagem.

Ao entender essa finalidade não vejo mais motivo para resistência ao trabalho com alunos com deficiência. Outro fator de suma importância é o trabalho realizado nas SRM que estão para além da complementação ou suplementação, Destaco, portanto, as ações que devem ser desenvolvidas para dar voz aos silenciados, produtos de uma sociedade excludente.

Para dar conta dos objetivos propostos, este artigo será dividido em duas seções. Na primeira, será feita uma contextualização acerca do estigma, deficiência e preconceito, na segunda apresentar a SRM enquanto espaço de resistência ao preconceito através da autoafirmação das identidades dos alunos.

ESTIGMA, DEFICIÊNCIA E PRECONCEITO

Estigmas eram sinais corporais feitos pelos gregos em escravos, ladrões, traidores para diferenciá-los das demais pessoas, eram feitos cortes com faca ou com fogo. A ideia era de diferenciar os que fugiam aos padrões necessários para convivência na sociedade. Ainda hoje essa prática é uma constante em nossa sociedade, padrões são impostos e por causa deles as pessoas com deficiência, negros, homossexuais, dentre outros que não se enquadram são estigmatizados. Não são feitos cortes físicos como em outra época, mas as marcas simbólicas que são produzidas ferem muito e acabam levando a morte.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem das relações e não dos atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a anormalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (GOFFMAN, 1963, p.06)

As pessoas sentem a necessidade de eleger formas de convivência em sociedade e toda eleição logicamente classifica em polaridades bom- ruim, normal-

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.

anormal, bonito- feio, e assim por diante e, nessa segregação através dos padrões instaurados fazem com que os indivíduos escondam suas diferenças, peculiaridades para que se tornem em certos espaços, junto a outras pessoas, "normais".

Essa renúncia abala e suprime a identidade daqueles que se colocam ou são colocados nesse lugar de repressão de tal maneira que reduzimos, como sociedade, as suas chances de vida por meio de atitudes preconceituosas não respeitando as diferenças que constituem os seres. Sendo assim reforçamos negativamente através da reprodução de apelidos, brincadeiras estereótipos que acabam abalando a identidade dos sujeitos.

Construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (GOFFMAN, 1963, 8)

A escola espaço rico em cultura e identidades é também o lugar de preconceito. O termo "sem pensar" trazido na citação reflete ações de exclusão comumente presenciadas nesses locais. Sem pensar no conteúdo das piadas, das suas falas, das suas risadas, dos seus olhares acabam minimizando o potencial daqueles são estigmatizados. Nesse sentido, é preciso que todas as pessoas que trabalham nas instituições, sejam comprometidas não somente com a educação, mas com toda a sociedade através da educação.

A deficiência durante muito tempo foi considerada campo de estudo relativos a medicina, tendo em vista que esta por sua vez era consequência de uma lesão que implicava no desenvolvimento e habilidade do ser que a portava. É importante ressaltar que nesse contexto o termo portar era comum de ser usado, pois até então por volta da década de setenta a concepção de deficiência foi sendo reformulada mediante criação da UPIAS, Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação.

Com a iniciativa de Hunt, um deficiente, que inconformado com a falta de comunicação existente entre esses dois mundos, o das pessoas que não tinham sido acometidas pela "tragédia pessoal" de não ser comprometido por uma deficiência e o dos que estavam nesse bojo. Trago essa metáfora para ilustrar o nível de exclusão desse período.

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB Campus I.

Uma vez criado esse grupo, discussões foram mantidas e a visão sobre deficiência - patologia foi sendo modificada passando a ser pertinente também ao campo da política considerando a diversidade e reconhecendo que a sociedade sempre os oprimiu.

Para Diniz, deficiência é:

Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura corporal que oprime a pessoa deficiente. Assim como outras formas de opressão pelo corpo, como sexismo ou o racismo, os estudos sobre deficiência descortinaram uma das ideologias mais opressoras de nossa vida social: a que humilha e segrega o corpo deficiente. (DINIZ, 2012, p.10)

A deficiência ainda hoje se apresenta como barreira que limita tanto no campo físico quanto psicológico. O entendimento a respeito desse comprometimento tendo como produto um ser que não tivesse utilidade para a sociedade ainda é muito atual mesmo tendo em vista os avanços políticos a respeito.

Nessa configuração mais precisamente ao falar sobre escola é que cabe pensar na deficiência enquanto questão social. Considerando sempre que o que acontece na escola repercute na sociedade e o que acontece na sociedade reflete na escola, é que se faz fundamental dialogar com os alunos sobre as singularidades compostas pelas turmas heterogêneas, valorizando essas identidades afim de romper com uma estrutura polarizadora que estigmatiza os que não compõem a base, a saber o ideal de normalidade.

Dentro dessa configuração anteriormente descrita, o preconceito emerge de maneira brutal e objetiva diante das subjetividades dos seres. Não respeitar as singularidades dos sujeitos por não estarem compactados na visão mercadológica que a mídia propaga e aprisiona tem sido indicativo que fortemente tem aprisionado as pessoas sem pensamento crítico culminando nas reações hostis tão presentes em nosso cotidiano.

Numa sociedade que dizima a ideia de que somente pessoas fortes, aparentemente saudáveis e com capacidade para atuar de maneira independente tendo em vista as concepções acerca de desenvoltura, podem sobreviver e emergir no mercado de trabalho e nas demais relações. Esse mecanismo de negação social por estigmatizar a diversidade, enxergando nas pessoas com deficiência apenas a deficiência e não suas potencialidades.

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB Campus I.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontrados (GOFFMAN, 1988, p.11/12).

Na busca pela completude, conviver com a deficiência é assumir a ideia de que poderíamos também ser deficientes ou de algum modo vir a ser, nesse sentido, agir dessa maneira é assumir nossa fragilidade. Outro fator que causa estranheza é a dificuldade em se relacionar com elas tendo em vista que a interação na sociedade requer previsibilidade na comunicação, tudo pronto e compactado.

A barreira instaurada proveniente do medo se manifesta ante duas perspectivas: medo do que vemos e do que não vemos. Esse temor daquilo que não é visível, no caso, a deficiência gera um preconceito que previamente conceitua enquanto incapazes aqueles que possuem portam algum rótulo que o distinga do esperado.

Além de que o preconceito é uma condição daqueles que entendem convívio social como divisão hierárquica, posição de subordinação, relação entre dominante e dominado e, essa reação é reflexo de atitudes que espelham uma sociedade estruturada e estruturante. “Os que estão abaixo estigmatizam os que estão acima e vice-versa. [...] O ressentimento, de um lado, e a sensação de incompreensão, de outro, mobilizam os afetos” (CROCHIK, 2008, p.91).

O preconceito não é inato, é construído e dimensionado tendo como base as interrelações carregados de culturas e os fatores históricos. Como construção, os seres, partindo de suas expectativas e compreensões estruturam e criam estereótipos reforçando sempre, os padrões já existentes.

Isto mostra que o preconceito diz mais respeito às necessidades do preconceituoso do que às caracterizações de seus objetos, pois cada um desses é imaginariamente dotado de aspectos distintos daquilo que eles são (CROCHIK, 2011, p.13).

Diante desse cenário, as pessoas com deficiência acabam internalizando essa incapacidade já que os discursos são, na maioria das vezes, embasados em conceitos culturais arraigados historicamente e narrativas de vivências sociais que não admitem pessoas com deficiência, seja ela em que nível for.

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB Campus I.

Com identidades abaladas, esses sujeitos acabam assumindo a condição que são reduzidas e renegam a convivência em grupo, a permanência na escola e até o aprendizado. Esse afastamento impossibilita a troca de conhecimentos por meio da interação espontânea e necessária na construção das identidades e saberes.

AS POTENCIALIDADES DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA AUTOAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS SUJEITOS

A Educação Especial é uma área de conhecimento e também uma modalidade de ensino que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas voltadas para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

O Decreto nº 6571 que visa ampliar a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. Esse documento, em seu Artigo 5º, define que:

O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 2009, p. 02).

Com o objetivo de complementar ou suplementar a aprendizagem integrado ao trabalho pedagógico que a sala regular está desenvolvendo garantindo a transversalidade das ações da educação especial na regular é que deve ser a forma de atuação dos profissionais de AEE.

Considerando o quão fundamental é construir a proposta pedagógica seja por meio de projetos ou de outras intervenções tendo como base a identidade dos sujeitos enquanto participantes ativos no processo de ensino aprendizagem e, entendendo a potencialidade das Salas de Recursos Multifuncionais na escola, mais particularmente para os alunos que estão nesse processo é que se faz necessário desenvolver

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade, UNEB Campus I.

atividades tendo como base este mesmo princípio afim de auxiliar os alunos para que possam resistir as atitudes preconceituosas pelas quais eles passam. “A educação não é qualquer ação, é uma atividade criadora que traz a existência aquilo que ainda não existe (GADOTTI, 2002, p.45)”.

Geralmente os alunos que fazem uso das SRM são fragilizadas por terem incorporado os estigmas que foram impostos pela sociedade e reforçados pela família, pelos colegas e até mesmo por funcionários das escolas. Passando pelo menos um turno nesses espaços, vivenciando olhares e atitudes preconceituosas, as pessoas com deficiência escolhem se afastar por acreditarem que sua presença interfere negativamente o processo.

É importante situar que ao falar das SRM fazemos o recorte dessa discussão para os alunos que frequentam as escolas públicas. Logo, tratamos de famílias que acabam sofrendo preconceitos devido a posição social que ocupam nessa tão hierárquica sociedade de valores verticais.

Dessa maneira, as famílias acabam não enxergando o potencial deles, não reivindicam e muitas vezes nem acompanham, ou por falta de conhecimento ou por não terem expectativa de aprendizagem, o trabalho desenvolvido nestes locais. É fundamental que os professores de AEE percebam e atuem junto a esses pressupostos para que possam valorizar as individualidades desses alunos e modificarem a ideia de deficiente como sujeito totalmente comprometido por sua lesão.

Frequentemente, das pessoas com deficiência é retirada a possibilidade de constituírem-se como sujeitos, porque lhes são atribuídas qualidades especiais que tornam natural a sua condição de pessoa deficiente e, como tal, sem necessidades cognitivas, de interações sociais ou de aprendizagem (SILVA, 2006, p.428/429)

Uma das finalidades das abordagens utilizadas nas SRM é a aprendizagem centrada na construção do conhecimento, ensino como mediação considerando as contribuições que os alunos trazem respeitando seu modo de pensar. Cultura e educação integram um caminho que estão estreitamente relacionados. “A cultura é

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.

central não apenas porque está no centro, mas porque perpassa tudo o que acontece em nossas vidas e as representações que fazemos destes acontecimentos (HALL, 1988, p. 243)

É preciso que a escola acolha a família tendo em vista que a identidade é construída e a comunidade familiar cumpre um papel decisivo nesse processo. Escola e pais devem estar articulados de maneira que o percurso iniciado na instituição seja continuado em casa. Lembrando mais uma que o foco deste inscrito é tratar do objeto, identidade.

Estamos aqui tratando de subjetividades e não somente de preparar o caminho para a aprendizagem. O objeto deve ser colocado primordialmente, pois sabemos que através fortalecimento dos participantes das classes multifuncionais promovendo o entendimento de quem são eles e qual papel desenvolvem ou queiram desenvolver na sociedade, a busca por estratégias de promoção ao aprendizado será mais fácil.

à necessidade de uma efetiva mudança na maneira de olhar para esses jovens e adultos, a necessidade da promoção de práticas realmente significativas para que eles possam identificar-se como tais, com direitos e deveres de cidadãos numa sociedade democrática, que diz oferecer oportunidades de desenvolvimento e autonomia para todos. (MANFEZOLLI, 2004, p. 95)

Numa sociedade pós-moderna que sofre com os impactos de uma modernidade que centrada na globalização vive o individualismo guiado pelo que é efêmero, encantador e rápido. Envoltos nessa era tecnológica pessoas estão se confinando em suas *selves* construindo amizades e vivenciando o virtual. Em meio a esse prospecto não há espaço para as relações sociais e conseqüentemente de respeito as limitações e momentos do outro.

Essa tendência tem chegado as escolas, mesmo com todos os alunos ocupando uma área não há interação. Pensamos em situações envolvendo sujeitos que não sofrem com os estigmas pertinentes a deficiência, mas são reféns das reproduções midiáticas que os comporta em padrões.

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.

No entanto, as escolas tem sido espaços amparados pelas políticas públicas que regem sobre o acesso e permanência de todos os alunos. Nesse bojo de escola democrática e nos reportando ao momento pós-moderno, o individual acaba não dando vez ao social e acabamos retroagindo no tempo e travando os avanços relativos a inclusão já que os alunos não são levados a pensar criticamente nesta perspectiva e seguimos reforçando o silenciamento dessas vozes.

As características humanas historicamente desenvolvidas se encontram objetivadas na forma de relações sociais que cada indivíduo encontra como dado existente, como formas históricas de individualidade, e que são apropriadas no desenrolar de sua existência através da mediação do outro. (JACQUES,1998, p. 163)

Essa visão de negação social sofrida pela pessoas com deficiência tem que ser revista nas SRM, as identidades abaladas precisam ser autoafirmadas por meio de práticas de conscientização de que este indivíduo é capaz e que tem direito educação em sua plenitude respeitando as suas individualidades. Com essa percepção, o aluno poderá se posicionar diante das formas de preconceito.

CONCLUSÃO

Pensar em educação é preparar sujeitos heterogêneos não apenas no que faz referência às aprendizagens conteudistas, mas sim de abalar suas identidades para que reflitam sobre suas práticas preconceituosas para com o outro nas relações.

Enquanto a escola não estiver preparada e atuante nesse sentido seguiremos reforçando o preconceito, o estigma e valorizando a deficiência como defeito que tragicamente acometeu o sujeito e que por isso ele seguirá até o fim sem condições de conviver em sociedade.

Esse trabalho discorreu sobre as SRM como espaços de resistência ao preconceito por meio da valorização das identidades e contribuições dos sujeitos. É importante ressaltar que para essa metodologia contemplar o objetivo exposto é fundamental que os professores estejam preparados.

Falamos aqui de corpo escolar preparado para incluir. Entender que a sociedade vive traços de sociabilidade forçada e que isso reverbera fortemente na sociedade tendo em vista que é nutrido na escola mantendo um ciclo, nos evoca a

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.

ocupar uma posição: a de mobilizador. E para ter essa prática precisamos estar preparados redimensionando a nossa forma de ver e aceitar as diferenças. Não cabe mais espaço para discurso vazio ou frustração frente a uma visão romântica da inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BERMAN, Marshall Berman. **Tudo que sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 1986.

BRASIL. . Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Resolução n.04**, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (AEE).

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 28abril2018.

CROCHIK, José Leon (Org.). **Perspectivas teóricas acerca do preconceito**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

_____. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2 ed. São Paulo: Robe, 2011.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3 ed. 1982.

JACQUES, Maria das Graças. Identidade. In: STREY, M. N. et alli. *Psicologia social contemporânea: livro texto*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

RIBEIRO, M. L. S.; BAUMEL, R. C. R. de Carvalho. (Org.) **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003

SILVA, Luciene Maria da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, dez. 2006.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782006000300004>. Acesso em: 29abril2018.

¹ Daiana Araújo de Lima das Mercês, mestranda em Educação e Contemporaneidade , UNEB Campus I.